



Anais da Assembléia

18

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO de 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE DESTINADA À ENTREGA
DA "CARTA DAS MULHERES AOS
CONSTITUINTES PARANAENSES"
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1987
QUARTA-FEIRA

Presidência da Senhora Deputada Vera Agibert, secretariada pelo Senhor Deputado Anibal Khury e pela Senhora Deputada Amélia Hruschka.

Às dezessete horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Mandrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer. Presentes, ainda, inúmeras autoridades civis e demais convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Sob a proteção de Deus declaro aberta a Sessão Solene de entrega da "Carta das Mulheres aos Constituintes Paranaenses".

Esta Presidência tem a satisfação de convidar para participar da Mesa a Excelentíssima Senhora Vereadora Marlene Zanin, Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina. A Excelentíssima Senhora Vera Haj Mussi Augusto, representante de Sua Excelência o Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, prefeito Municipal de Curitiba. A Excelentíssima Senhora Irondi Pugliesi, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar em Plenário as presenças de representantes do Conselho Estadual da Condição Feminina, do Conselho Municipal da Condição Feminina da União de Mulheres, do

Conselho Regional de Assistência Social, da Federação de Mulheres do Departamento Feminino do PMDB, Mulheres do PDT, do Sindicato dos Artistas e Técnicos de Teatro, do Sindicato dos Jornalistas, do Sindicato dos Psicólogos do Paraná da Central Geral dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes da Secretaria de Estado e Cultura.

Acaba de chegar neste momento, e faz parte da Mesa a Senhora Débora Dias, representante do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Estão também presentes alunos do Curso de Pós-Graduação do Curso de Saúde Pública da Prefeitura, assim como integrantes do Centro Feminino de Cultura, da Delegacia Regional do Trabalho, da Associação Brasileira de Documentaristas da Associação dos Sociólogos do Paraná, da Associação dos Diplomados do Curso de Extensão Cultural do Paraná, da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e Representantes das Mulheres do Paraná e funcionários da ACARPA.

Convido os presentes a ouvirem o HINO NACIONAL, executado pela banda da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Tenho a satisfação de conceder a palavra à Senhora Deputada Irondi Pugliesi, autora da Proposição, e Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Companheiras aqui presentes, sejam bem vindas a esta Casa, Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, autoridades presentes, companheiras. (Lê):

"Mais uma vez esta Casa de Leis realiza uma Sessão dedicada às mulheres. Não é uma Sessão Ordinária. É solene. Solene pela importância do momento porque passa o nosso País, o da elaboração da Nova Constituição Brasileira. Essa importância se torna maior ainda, quando nós mulheres aqui presentes estamos levando ao conhecimento do povo, através da Casa dos seus representantes, aquilo que pensamos devam ser os traços fundamentais de uma Constituição que traduza não só os interesses e necessidades dos diversos segmentos da população, mas que assegure também às mulheres do nosso País, uma posição compatível no plano jurídico-político com o desenvolvimento da civilização.

Nós, mulheres, queremos fazer chegar

ao conhecimento do Estado e da Nação, através dos Poderes Executivo e Legislativo, por meio dos Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Congresso Nacional, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais, assim como aos partidos políticos e demais organizações formais e informais da comunidade nacional, o fruto das discussões do Encontro Nacional "Mulher e Constituinte", realizado em meados do ano passado, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em Brasília. Por isso, neste momento, esta solenidade se repete em todo o País.

Todos nós sabemos que não haverá uma nação justa, livre e democrática, enquanto as mulheres, mais da metade da população, forem vítimas das discriminações e da opressão que pesam sobre elas há milhares de anos.

A conquista do exercício pleno da cidadania significa para nós mulheres o direito à representação, à participação em todos os escalões dos Governos e principalmente em todos os órgãos de decisões do Poder, por isso, lutamos para que a Nova Constituição garanta a igualdade de direitos entre homens e mulheres, pois, estamos conscientes de que este País só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, independente de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, Assembléias e Palácios.

Queremos assim, que a futura constituição garanta a efetivação do princípio da igualdade. E será por meio da eficácia da lei que se revogarão todas as disposições que implicam em classificações discriminatórias, devendo as leis complementares e demais normas garantir a aplicabilidade desse princípio.

Senhor Presidente, Companheiras e Companheiros.

Entendem as mulheres brasileiras que no contexto histórico e social presente, algumas questões fundamentais deverão ser enfrentadas pelos novos constituintes: a questão do trabalho, da violência, da saúde, da família e da educação.

A questão central é evidentemente a do trabalho. Trabalho e capital não encontraram ainda nas sociedades de economia de mercado um ponto de adequado equilíbrio para as suas relações. O trabalho tem sido impiedosamente explorado. De início, pelo capital nacional, depois, pelo capital internacional.

As mulheres foram chamadas para a força de produção sendo submetidas a condições gerais verdadeiramente inumanas e

cruéis, na lógica de compensar os lucros, quando os trabalhadores foram, com a sua luta, conquistando êxitos nas suas reivindicações.

Por isso, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é que se pretende a paridade salarial e previdenciária para homens e mulheres, sejam do campo ou da cidade, devendo a discriminação levar em conta, isto sim, a especificidade biológica dos homens e mulheres trabalhadores quando do momento da aposentadoria.

Estamos a exigir, também, dentro da legislação trabalhista, a garantia do emprego e da estabilidade para a mulher gestante, assim como a extensão do direito à creche, no local de trabalho e de moradia para as crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores. Reivindicamos para esta questão, um artigo específico na Nova Constituição. A creche deve ser atribuição do Estado e cabe a ele a responsabilidade pela sua criação e manutenção, visando de um lado, assumir o sentido social da maternidade e de outro, torná-la um elo de importância na educação permanente do cidadão, desde que nasce.

Cerca de 21 milhões de pessoas constituíam a força de trabalho no campo, segundo o senso Agropecuário de 1980. Deste total, 32%, ou seja, 6,8 milhões era representado por mulheres, sendo que na mão-de-obra infantil, de um contingente de 3,7 milhões de crianças com idade abaixo de 14 anos, 1,4 milhão era formado por meninas. Somando adultos e crianças, são 8,3 milhões de mulheres entre bóias-frias e agricultoras, mal remuneradas ou produzindo de graça para a sociedade, sem autonomia ou direitos perante o Estado.

Esta injustiça deve ser eliminada com o reconhecimento da profissão de agricultora e também pela eliminação da discriminação da trabalhadora rural "bóia-fria", "Por ser mulher", devendo-lhe ser garantido o acesso à terra pela reforma agrária, independente do seu estado civil.

A questão da terra não afeta só a mulher. A miséria precisa ser extirpada deste País. Em nosso Estado este é um problema crucial, pois, o Paraná é o Estado com o maior número de acampamentos de sem-terras e que apresenta o maior índice de conflitos. Milhares de trabalhadores na Agricultura devem ser assentados e garantido o seu direito à terra. O latifúndio improdutivo deve dar lugar aos trabalhadores e trabalhadoras que lutam por um pedaço de terra.

Se a questão do trabalho é a questão mais violenta por ser impiedosamente explorado, uma das questões específicas que atingem a mulher física, psicológica e sexualmente, em casa e fora, dela, é a questão da violência.

A violência contra a mulher se manifesta das mais variadas formas, sendo que a educação diferenciada, ou seja, a divisão de papéis sexuais entre homens e mulheres pode ser considerada como núcleo gerador desta relação de poder. A partir dela, a escalada de violência vivida pelas mulheres atinge, na maioria das vezes, proporções gigantescas, culminando em espancamentos e assassinatos.

Para o que chamamos de violência doméstica, não existe na lei uma definição específica para espancamentos de mulheres por maridos, concubinos, namorados. Essas ocorrências, quando são registradas, o são como lesões corporais, dificultando o levantamento estatístico da realidade nacional. Esta violência atinge, sem exceção, a mulheres de todas as classes sociais.

O crime de estupro, no código penal, se inclui entre os crimes contra os costumes, no capítulo dos crimes contra a liberdade sexual, o estupro, na verdade, ofende a pessoa da mulher, na sua integridade física e psíquica e não "aos costumes" ou "à liberdade sexual". Daí, exigirmos que a ação penal nos crimes de estupro se processe mediante ação pública incondicionada, ou seja, onde o Estado é obrigado a intervir.

O que se pretende é que a lei não dê tratamento nem aplique penalidade diferenciados aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, mas sim, criminalizando como estupro toda conduta agressiva bio-psicológica e sexual à mulher, ocorrida no lar ou fora dele, independente da situação anatômica ou social da vítima e que se garanta a esta, Assistência Estadual, Jurídica, Social e Psicológica, sendo que a prova material do crime de estupro deverá ser feita por laudo oficial ou particular e a notícia do crime seja levada à autoridade pela vítima à Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento a Vítimas Mulheres.

Sempre ouvimos o princípio "A Saúde é um direito de todos e dever do Estado". No que tange à especificidade "Mulher" deve se ter a garantia de que as ações de saúde prestadas à população sejam entendidas como atos de co-participação entre todos e o Estado, envolvendo direitos e deveres de ambos.

O que mais preocupa as mulheres brasileiras, no momento atual, é a questão do "Planejamento Familiar". Nós mulheres, exigimos que seja vedado ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras, toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Sendo da mesma forma vedado ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o "Controle da Natalidade".

A exigência que fazemos tem por base o

"Planejamento Familiar" que o Estado está colocando para a população, de forma impositiva, pois, as entidades brasileiras de mulheres ou mesmo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, não foram chamados para discutir tal "Planejamento".

Entendemos que seja um atentado à soberania nacional, tratando-se de uma imposição do Fundo Monetário Internacional, que é realizada não só contra o Brasil, mas em todas as nações subdesenvolvidas e de economia periférica, que produzem alimentos para exportação. Já em 27 de fevereiro de 1983, foi publicada uma denúncia do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, no jornal "Folha de São Paulo": "O Governo brasileiro, na impossibilidade de saldar a dívida externa que contraiu junto ao capital financeiro internacional, em 28 de fevereiro de 1983, firmou junto ao FMI, um plano de estabilização da economia, onde o Brasil seria obrigado a cumprir os seguintes pontos:

- Reduzir o crescimento da população;
- Destruir a força de trabalho brasileira através de mudanças no sistema de reajustes salariais e índices fraudulentos;
- Encorajar investidores estrangeiros e adquirir o controle das Empresas Públicas e Privadas Brasileiras".

Hoje, nós, brasileiras, que acreditávamos que esta política já tivesse sido extirpada, com a conquista da Nova República, vemos os fatos se repetirem, como se as mudanças exigidas pelo povo na Praça Pública, gritando por "Diretas Já", pudessem ser desprezadas, mesmo após a eleição de representantes populares para uma Assembleia Nacional Constituinte.

Por isso, essa questão está sendo tão polêmica. Nós mulheres, somos a favor do planejamento familiar como opção livre e consciente da mulher ou do casal, em relação ao número de filhos e ao método contraceptivo, principalmente porque o País hoje apresenta uma queda no índice de natalidade.

A mulher para emancipar-se precisa da garantia de acesso aos métodos contraceptivos, mas ao mesmo tempo da liberdade, de participação como cidadã, com plenos direitos. E como tal, exige a justa distribuição da renda, a mudança da política econômica e social do Brasil.

Como parte da reivindicação das mulheres, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Companheiras, estamos a solicitar o desenvolvimento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM - em todos os municípios brasileiros, e que atenda a mulher em todas as fa-

ses da sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres.

Pretende-se, também, a garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo à saúde da mulher.

Lutamos pelo progresso do nosso País, pois, não queremos ver o "novo planejamento familiar" repetir os mesmos erros do passado, e, concordando, com Charboneau, insistimos que "o melhor programa de controle de natalidade se chama progresso."

Ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Companheiras, entre as questões fundamentais, apresenta-se a questão da família, sobre a qual a Nova Constituição deverá inspirar diversas mudanças na Legislação Civil.

A forma atual de organização familiar, que a lei teima em consagrar, guarda compatibilidade com a necessidade de transmissão da propriedade, à custa da manutenção da mulher em posição subalterna em relação ao homem.

É verdade que existiram condicionantes históricos, sociais e biológicos, para sustentar essa situação de subalternidade. Tais condicionantes tendem a desaparecer, face a mulher estar adquirindo consciência plena de seu papel, de sua função e da sua participação responsável, na vida da sociedade civil. Conseqüentemente, a igualdade entre homens e mulheres começa a apresentar suas reais proporções. E é por isso que pretendemos a consagração da plena igualdade entre os cônjuges, na direção da sociedade conjugal, nos direitos e deveres quanto à responsabilidade em relação aos filhos e, ao reconhecimento do valor social fundamental da família, cabendo ao Estado assegurar a sua proteção.

Há, também, a questão da educação. O que nós mulheres pretendemos, é que se garanta, com base no princípio da liberdade e igualdade entre homens e mulheres, que a educação seja pública e gratuita, com possibilidades iguais no acesso à instrução e à formação profissional. Nada há de científico, real ou verdadeiro que, na comparação homem-mulher, justifique o desnível de um em relação ao outro. Há, isto sim, algumas especificidades biológicas que desaparecerão por pressão do contexto social. As atitudes existem, impulsionadas por uma cultura de desigualdade veiculada pelo lar, igreja, escola e meios de comunicação de massa. Por isso, é que se pretende que a educação formal e informal, dê ênfase à igualdade dos sexos, garantindo o Estado, a veiculação perante à comunidade,

da imagem social da mulher - mulher trabalhadora, mulher-mãe, mulher-cidadã responsável com direitos, sem discriminações, que possibilitem sua integração e promoção em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural do País.

Companheiras,

acredito nas mulheres. Acredito principalmente que concretizaremos nossas conquistas. Para isso nos organizamos, e estamos mostrando ao povo brasileiro, que não temos medo da luta. Este é o início da história que as mulheres passam a escrever.

Senhores Constituintes Paranaenses,

é necessário ter a consciência da importância deste momento histórico. A história que as mulheres querem ver escrita é a que o povo está a exigir. É a história do comprometimento com a construção de um novo País. É a história que o povo brasileiro há de julgar. Companheiros e Companheiras

Embora tenhamos lutado nesses anos todos pela organização política das mulheres e defendido os seus direitos específicos mais fundamentais, entendo que o povo brasileiro é marginalizado e oprimido na atual sociedade brasileira, apesar da instauração da Nova República. A conquista das liberdades econômica, social, política e jurídica do nosso povo, passa pela luta conjunta de homens e mulheres. A justiça jamais será estabelecida pela metade. Ou a sociedade brasileira avança em seu conjunto, ou todos sofrerão as injustiças e discriminações. Estamos empenhadas na luta pelas mudanças efetivas".

Muito obrigada.

(Palmas).

A SENHORA PRESIDENTE (Vera Agibert) - Concedo a palavra à Senhora Deputada Amélia Hruschka.

A SENHORA AMÉLIA HRUSCHKA - Senhora Presidente, Srs. Deputados, Autoridades presentes, Senhoras Deputadas, Senhores e Senhoras.

Esta solenidade de entrega da "CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES" representa um grande passo rumo à conquista dos direitos da mulher.

Esta luta que hoje tem crescido cada vez mais, com a compreensão por parte de maior número de mulheres, nos dá a certeza que estamos no caminho certo. Lutando pelos nossos direitos e pela instauração da justiça, na qualidade de Deputada e mãe, representante de uma região das mais produtivas no setor da agricultura do nosso Estado, que é a região de Campo Mourão. Tenho acompanhado a grande luta da mulher do campo, que não tem ao menos o direito à sua aposentadoria.

Embora o seu trabalho no lar e no campo seja, na maioria das vezes, estafante e contínuo, a contribuição que a mulher do campo tem dado ao nosso povo e ao nosso País, não vem sendo reconhecida e recompensada.

Neste sentimento, quero reafirmar aqui a necessidade de lembrarmos a luta da mulher do campo, que se soma à luta das mulheres da cidade, da indústria e do comércio.

A conquista de melhores dias para o nosso povo, e o reconhecimento dos direitos das mulheres, são partes importantes das lutas das mulheres em todo o Brasil.

E a carta das mulheres reflete e retrata com muita propriedade esta situação.

E, neste instante, meus companheiros, nós queremos dizer que a nossa participação na luta da mulher por dias melhores, que nós não queremos, com isso, denegrir a imagem do homem, mas, sim, ter o direito de participar, ao seu lado, para que, juntos, possamos construir uma sociedade mais justa, mais humana e mais cristã, para os nossos filhos e nossos netos.

Não foi impondo que nós conseguimos chegar até aqui, minhas companheiras! Foi com muita humildade, com muita garra, e com muita coragem de luta por dias melhores que, hoje, nós somamos nesta Casa, para grande felicidade nossa, três representantes femininas, para defender os interesses e os direitos que nós, mulheres, também temos.

A você, minha irmã, aqui presente, deixo neste instante o meu aperto de mão, e a minha grande contribuição, para que, juntas, nós façamos deste País um país melhor, para que a mulher, no dia de amanhã, possa dizer "EU LUTEI INCANSAVELMENTE, MAS NÃO ME ARREPENDEI, PORQUE NÓS CONQUISTAMOS O NOSSO ESPAÇO NA SOCIEDADE".

Muito obrigada.

(Palmas).

A SENHORA PRESIDENTE - (Vera Agibert) -

Nós registramos, com satisfação, a presença dos representantes do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Caíto Quintana).

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana) - É com satisfação que passamos a palavra à Senhora Deputada Vera Agibert, 3ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A SENHORA VERA AGIBERT - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero me unir ao Movimento de Defesa dos Direitos da Mulher. Não simplesmente

porque sou mulher, pois, os problemas da sociedade afetam, indistintamente homens e mulheres, mas sim, porque propostas por uma sociedade justa e fraterna que me trouxeram até aqui. Quero me unir a este Movimento para suplicar a quem de direito, proteção, respeito, dignidade e direitos iguais para a mulher do Paraná, e em especial para a mulher do meio rural. Falo desta mulher porque a conheço bem de perto, e é ela que, quase menina ainda deixa a casa dos pais para empregar-se como doméstica, na cidade, pois, esta é a única oportunidade profissional que se apresenta. E, é ela que ainda adolescente, busca um casamento precoce, único meio de fazê-la permanecer no campo. É a mulher rural relegada ao abandono por todos os Governos, impossibilitada de vislumbrar um horizonte feliz para a sua realização pessoal ou profissional. É a mulher rural que disputa o mercado de trabalho, nas mesmas condições que o homem, porém sem o amparo previdenciário ou o direito sagrado da aposentadoria. O trabalho mais recomendável, hoje, para a mulher rural é o magistério, mas, na sua comunidade só existe uma vaga. Por falta de estrutura, as demais mulheres são analfabetas ou sequer tiveram condições de concluir o primeiro grau. É a mulher rural que mais sofre pela carência de atendimento médico, é a mulher que mais procria, é a que mais vive em todos os sentidos.

É preciso mudar este quadro! Mudanças que permitam adequar os currículos das escolas rurais às necessidades básicas do campo. Não adianta ensinar História do Brasil, com seus mitos e heróis, quando as pessoas do campo só participam como vítimas! A obrigação da escola rural é ensinar apenas aquilo que interessa ao meio e que pode melhorar a vida da comunidade, respeitando a cultura, o ambiente e a sua peculiar realidade!

É preciso mudar! Mudanças que permitam expandir o atendimento médico-odontológico a todas as comunidades rurais, principalmente quanto à assistência às gestantes, às crianças e aos idosos.

Quero me unir ao Movimento de Defesa dos Direitos da Mulher, pela importância que suas propostas representam, pois, a mulher é o símbolo da vida e eu não defendo apenas a melhoria da qualidade de vida, defendendo, acima de tudo a vida.

A mulher foi dotada pela natureza para transmitir e não para ceifar a vida! É dever e direito fundamental da mulher e de todos os movimentos que a defendem, preservar, defender e cultivar a vida, e espero que a Constituição Federal, que está em gestação, não aborte a esperança de liberdade, da dignidade, do respeito dos direitos civis da mulher brasileira.

Muito obrigada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana) - Para falar no Horário das Lideranças dos Partidos Políticos, com assento nesta Casa, nós passamos a palavra ao representante do PTB, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhora Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputada Vera Agibert; Senhora Débora Dias, DD. esposa do Governador do Estado; Senhor Deputado Anibal Khury, 1º Secretário da Assembléia Legislativa, demais componentes da Mesa; Senhoras Presidentes das Associações Femininas aqui presentes; Senhores Deputados, minhas Senhoras.

As três ilustres Deputadas que me antecederam na tribuna, já disseram tudo aquilo que a mulher paranaense queria ouvir, e colocaram na mesa de debates todas as reivindicações, as angústias, as incertezas da mulher brasileira. Todavia, cabe aos Senhores Deputados e às Lideranças partidárias, uma manifestação de apoio a estas reivindicações.

O Partido Trabalhista Brasileiro evidentemente se coloca desde já a serviço da mulher brasileira. E eu me permitiria aqui, lembrar alguns episódios ocorridos nesta Casa e dos quais participei. Brincaram comigo um dia aqui nesta Assembléia dizendo que eu era o mais feminista dos deputados machistas. Naquela ocasião, estava em debate uma situação concreta. Não me lembro bem se isto foi em 1969 ou em 1970, e muitas das Senhoras que aqui estão, talvez não fossem nem nascidas. Eu já sou antigo nas lides políticas, aliás quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil eu já era Vereador. Naquela ocasião, estava em debate como já disse, uma situação de fato. Era questão da mulher poder ou não ser delegado de polícia. Como se vê, tratava-se de um desdobramento na reserva de mercado de trabalho. É natural que o homem tenha preparado para si regras que ficaram ultrapassadas pela realidade. Os Anais desta Casa, em seus registros, mostram a minha posição. Lembro ter dito naquela oportunidade, que as regras antigas não tinham nenhuma intenção de discriminação sexual. Quando foram feitas eram inimagináveis pelo padrão sócio-cultural que uma pessoa do sexo feminino disputasse um cargo de policial com outra pessoa do sexo masculino.

Lembro bem que não havia mulher juiz ou mulher promotor de justiça e havia mais barreiras que bravas mulheres tiveram que romper para serem pioneiras na aceitação da verdade universal. Tão logo, a nobre Deputada Irondi Pugliesi convidou-me para falar em nome do Partido Trabalhista Bra-

sileiro, eu fui procurar nos Anais da Casa e pincei o que eu disse naquela oportunidade. Eu disse o seguinte: "Homens e mulheres são iguais, iguais em tudo, menos no que a natureza, a verdade biológica os fez diferentes, os seus caracteres sexuais pelos quais a mulher é na verdade dona, não agente passivo da propagação da espécie".

Eu li com muita atenção a Carta das Mulheres aos Constituintes, está aqui na minha mão. E subscreveria tudo quanto ali está escrito, como também, subscreveria quase tudo quanto falou a nobre Deputada Irondi Pugliesi, e subscreveria tudo o que falaram as Deputadas Vera Agibert e Amélia Hruschka.

Naquela época em que defendi a mulher juiz, promotor ou delegado de polícia enuncio assim porque não existiam cargos de juíza, de promotora ou delegada. Eu tinha dentro de mim um senso de avaliação de que tal direito era universal, tanto que acabou prevalecendo. Cada vez há mais mulheres ocupando lugares antes privativos de pessoas do sexo masculino. O que só faz realçar a imbecilidade da visão já ultrapassada da época, em que se julgava pessoa, ser humano, "homo-sapiens", apenas o homem, pela sua condição anatômica e não pela sua inteligência. O que faz a pessoa apta para determinada tarefa social, é a sua competência, não o seu sexo. Essa é uma realidade universal, felizmente, já sei. Temos mulheres governantes como Margaret Thatcher, como foi Indira Ghandi, sem falar das muitas outras que mandam pela voz dos seus maridos, como é o caso de Nancy Reagan.

A igualdade dos seres, das pessoas é uma verdade universal entre os civilizados. Não há o que discutir, nem mesmo no Brasil atual. Aqui pesa ainda, num ambiente culto, um ânimo subjugatório, que as mulheres definem como machismo, que desaparecerá com toda certeza, no decorrer desta nossa geração.

O pai no emprego, a mãe na cozinha. Esta será uma figura de saudade, se imaginarmos ambos felizes. O retrato da geração futura, será de homens e de mulheres trabalhadores, em igualdade de condições. A mulher trabalhando até mais do que o homem, num período inicial, até chegar à justiça da repartição igualitária dos afazeres domésticos, que é esta luta que vocês estão tendo hoje, até conseguir igualdade ora reivindicadas. Isto já acontece em algumas das civilizações atuais. Por exemplo, o homem escandinavo: ele lava, passa roupa, cozinha, cuida das crianças, e ainda assim é feliz; vítima para nós, beneficiário, para eles, de um processo civilizatório justo.

Como as Senhoras me convidaram a falar

não quero ser bajulador, seria fácil fazê-lo. Eu quero dizer a minha verdade, para ser também mais feminista. Eu discordei, como continuo discordando, das chamadas posições feministas que, em nome da mulher, pretendem galgar mais do que a igualdade; e chegar também a privilégios. Essa é uma realidade que as Senhoras têm que aceitar. Discordei, por exemplo, da atuante Deputada Irondi Pugliesi, quando propôs a criação de uma Secretaria de Estado da Condição da Mulher, ou algo semelhante, eu não me lembro bem; a nobre Deputada deve estar lembrada. É o meu pensamento pessoal, as Senhoras não fiquem magoadas comigo, que é preciso igualar, não diferenciar.

Um amigo me fez uma imagem que eu considero alegre e ilustrativa deste meu pensamento. Com relação à Proposição da nobre Deputada Irondi Pugliesi, este amigo disse: "por que então não criar uma Secretaria de proteção ao baixinho?" Ele é tão frágil, fisicamente, que muitas vezes até apanha da mulher."

Só que a história mostra grandes baixinhos, que talvez até apanhassem das mulheres. Entre nós, Rui, Getúlio, Tancredo Neves, muitos outros, até eu, talvez fôssemos dignos de um "estatuto de defesa aos direitos do baixinho". Agora, deixando o lado engraçado, que tem o mérito único de aliviar uma conversa séria, acho que o movimento feminista tem o seu grande valor.

Valor na defesa das verdades biológicas que distinguem o sexo. Maternidade, gravidez, igualdade de direitos, do matrimônio e no controle da prole, direitos de família, esses são os pontos onde a legislação realmente está defasada, aí têm razão as três oradoras que me antecederam. É necessário expungir da nossa Legislação a herança romana onde se falava em pátrio poder, como poder do pai, de vida e morte sobre a família, enquanto a "mater" cabiam apenas as obrigações. Somos homens, somos mulheres, quando Pepeu Gomes diz que "sou masculino/feminino", em sua música, apresenta a mensagem de um universalismo precioso. Somos iguais, efetivamente, em nome da igualdade, na luta pela igualdade, mas será um erro as senhoras reivindicarem mais, como fazem alguns setores ditos feministas, em nome de preterições do passado.

Não adianta destronar um patriarcado, para erigir um matriarcado. As senhoras me desculpem, as pessoas devem valer pela sua competência, não pelo sexo, haverá igualdade de vontades e direitos nas sociedades conjugais. A mulher será protegida nas condições de gestante, procriadora, única diferença que a distingue do espécime macho. Lutar por mais do que isto, eu repito às senhoras, será buscar privilégios tão

injustos, quanto os que até agora em nossa sociedade privilegiaram o sexo masculino.

Eram essas as palavras que eu queria dizer, para saudar a mulher paranaense em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, e dizer que esta Constituição é muito importante para o futuro do Paraná. Nela, nós teremos oportunidade de corrigir todas as distorções, não só pelos vinte anos de regime de recessão, mas também pelos regimes patriarcais do passado, uma democracia falsa, uma democracia que nunca chegou ao âmago do sentimento do povo brasileiro, e não haverá necessidade desde que observadas as linhas mestras da Constituição Federal, não haverá necessidade da Constituição do Estado ser exatamente igual. A Constituição do Paraná não será igual a Constituição do Estado do Piauí, do Maranhão, de São Paulo ou do Rio Grande do Sul; cada povo com a sua peculiaridade, com suas necessidades, com seus anseios, com suas esperanças.

Ali será oportunidade ímpar para que os legisladores paranaenses coloquem efetivamente essa questão da mulher no seu devido lugar, sem criar privilégios, repito.

Não há só essa questão, a questão da mulher, mas também a questão da própria administração pública do Estado. Esse poder há de recobrar as suas prerrogativas; é a oportunidade que terão os Srs. Deputados de fazer uma Constituição límpida, devolvendo a este Poder, que é o único que emana do povo, as suas prerrogativas que eles possam efetivamente responder aos anseios do povo paranaense. Eu quero ser um soldado nesta batalha. Quero colocar a minha experiência de trinta anos de vida parlamentar a serviço do povo, para devolver o que dele tenho recebido nesses trinta anos, em forma de carinho, de confiança e, acima de tudo, em forma de amor.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Reassume a Presidência a Deputada Vera Agibert)

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) é com elevada satisfação que concedo a palavra a Senhora Débora Dias, primeira-dama do Estado, representante do nosso Governador Álvaro Dias.

A SRA. DÉBORA DIAS - Em primeiro lugar, gostaria de corrigir um pouco a Vera: estou muito mais aqui como Débora, mulher e amiga solidária do Movimento, do que como esposa do Governador Álvaro Dias.

(Aplausos)

Infelizmente, é com muita tristeza que as deixo agora aqui, companheiras, porque

outros compromissos ainda tenho hoje a cumprir. Mas gostaria de deixar registrado o meu carinho e o meu interesse nessa luta que é nossa, indiferente de termos objetivos, idéias, talvez às vezes um pouco diferentes, mas acima de qualquer diferença que possa realmente existir, acima de tudo, somos todas mulheres, mães e esposas e cidadãs deste País. Isto jamais poderemos esquecer.

Então, deixo aqui a todas vocês, o meu abraço e aquele famoso "contem comigo", que é do fundo do meu coração.

Muito obrigada.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Esta Presidência deseja registrar a presença do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná, da Associação dos Servidores do Instituto de Assistência ao Menor, do Sindicato dos Enfermeiros do Paraná, da Seção de Mulheres do Partido Comunista Brasileiro.

Para falar em nome do Partido Liberal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Excelentíssima Sra.

Presidente desta Sessão Solene, demais integrantes da Mesa, autoridades já nomeadas, minhas Senhoras e meus Senhores.

A ação direta ou indireta da mulher na sociedade foi decisiva ao longo da História para as maiores realizações. Lamentavelmente, a importância desta participação nem sempre foi reconhecida; ao contrário, em alguns lugares, até mesmo, foi ocultado o pensamento da mulher por personalidades interessadas em se projetar no espaço e no tempo.

Felizmente, no presente século, uma parte deste absurdo véu foi levantado e assume a mulher o seu verdadeiro lugar no contexto social, econômico, administrativo, educacional, político, enfim, todas as áreas da atividade humana em igualdade com o homem.

A opinião da mulher nos cenários em que se processam diretrizes acerca do futuro de todos nós, além de significativa, é indispensável. A ampla visão da mulher, apoiada na exigência de um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária, deve ser reconhecida notadamente por aqueles que terão a importante missão de estabelecer o novo ordenamento legal no Brasil.

O Partido Liberal congratula-se com o Conselho Estadual da Condição Feminina, bem como com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, pelo oportuno lançamento da campanha "Mulher e Constituinte", que resultou na "Carta das Mulheres", síntese de um notável trabalho levado a efeito

desde novembro de 1985.

Compartilha, outrossim, do anseio, do acatamento de contribuições trazidas pela operosidade de líderes, tais como a Deputada Ironi Pugliesi, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, Deputadas Amélia Hruschka e Vera Agibert, e tantas já mencionadas ao início desta sessão, que muito se dedicaram para formalizar proposições.

Enfim, concordamos, Constituinte para valer, tem que ter a palavra da mulher.

Muito obrigado.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Queremos registrar, também, a presença do Conselho Nacional da Federação Paranaense de Cineclubes.

Para falar em nome do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sra. Presidente, componentes da mesa, Parlamentares aqui presentes, Senhoras e Senhores.

A mulher não é apenas mulher; a mulher é um ser humano. Acredito que as leis devam tratar homens e mulheres como seres humanos. Ahamos que a sociedade é formada indistintamente de sexo, de razões biológicas; é formada pela capacidade de trabalho de seus integrantes. E a palavra sociedade, e outras bonitas, como amor, liberdade, progresso, outras que não queremos como guerra, destruição, independente do artigo masculino ou feminino que as distingam, nos comprometem, nos fazem sorrir, nos fazem chorar a todos.

Por isto, acredito que as leis devam tratar os seres humanos na sua condição de igualdade perante a sociedade em que convivem.

Quero, nesta tarde, ser breve para tão e apenas dizer, em nome da Bancada do PMDB, Partido que sente o prazer enorme de ter com assento nesta Casa, três Deputadas de real valor, contribuindo para que neste Parlamento possa discutir, aprovar as leis de interesse da sociedade como um todo.

Quero dizer, em nome desta Bancada, que estaremos abertos no curso de todo este momento histórico que a Nação brasileira está vivendo, onde, pela oportunidade de uma Constituinte, inicialmente no plano federal, posteriormente no âmbito estadual, se possam fazer as grandes transformações sociais que esta Nação espera, embutida neste contexto a garantia dos direitos de igualdade da mulher.

Não creio que a lei seja capaz de limitar a ascensão de qualquer pessoa.

Não acredito caber ao legislador, o direito de identificar as pessoas pela sua razão de lógica.

Acredito sim, que as posições, que os

avanços, que as medidas não sejam medidas pelo sexo, mas pela capacidade.

Por isso, quero, nesse dia em que, com grande orgulho, represento uma grande Bancada, dizer às senhoras aqui presentes, que a Bancada do PMDB e, tenho certeza plena, juntamente com as Bancadas dos demais Partidos, está aberta para o encaminhamento de todas as sugestões e para discussão de todas as contribuições que venham a dar a cada um de nós o direito pleno da igualdade na conquista pela capacidade.

E se me permite a Bancada Peemedebista, quero saudar esse encontro em meu nome e em nome da minha mulher, Lindamar Quintana, que se faz presente neste ato e que comigo compartilha as dores e alegrias da vida.

Muito obrigado.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Registramos também, a presença do Lions Club de Curitiba.

Para falar em nome da Bancada do PFL, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, Senhoras Vereadoras, Lideranças e integrantes do Movimento da Mulher. (Lê):

"Houve um tempo na história dos povos, quando as mulheres e as crianças não eram contadas como pessoas.

Houve um tempo na história dos povos, quando as mulheres não tinham direito a voto, não tinham acesso às faculdades de ensino superior, nem tampouco a cargos e funções públicas.

No tempo presente, as mulheres não querem apenas ser contadas como pessoas, mas também, consideradas como pessoas, ouvidas como pessoas, respeitadas como pessoas, cujos direitos pessoais sejam garantidos em lei.

As mulheres não são concorrentes dos homens, nem superiores a nós. Não somos iguais biologicamente, porém as mulheres, têm todo o direito de reivindicar a igualdade de aptidões intelectuais, morais, éticas e religiosas.

Qualidades de inteligência, raciocínio, tirocínio, capacidade administrativa, aptidão para o exercício de todas as atividades, são comuns a homens e a mulheres. As mulheres são uma voz para ser ouvida, um reclamo para ser solucionado, uma pergunta para ser respondida, uma questão para ser equacionada, um problema para ser pesquisado, e muito mais do que tudo isso, seres humanos para os quais é imprescindível dar-se toda a atenção.

As mulheres são uma força geradora de

vida. São transmissoras e conservadoras do amor. São o enlevo, a ternura, o afeto, ao mesmo tempo que, se necessário, sabem ser combativas, corajosas, perseverantes, íntegras. Podem travar mil batalhas sem desfalecer. E aí está como grande exemplo a luta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Podem as mulheres enfrentar a dor com um sorriso; podem receber o caos como uma benção, a fome como motivação para conquistas, o medo como propulsor de energias escondidas, e todos os reveses como escalada de crescimento pessoal.

Por isso, nesta hora da história da Pátria, quando se elabora a grande Carta do povo, que não pertence a ninguém e garante a todos, a Carta das Mulheres aos Constituintes sobreleva o esforço dos homens brasileiros, porque as mulheres querem inscrever na Lei Fundamental do nosso País, direitos que ainda não lhes asseguramos.

Vamos ajudar nas decisões daquelas questões que angustiam as mulheres brasileiras, há tanto tempo sofrendo em silêncio, há tanto tempo carregando um fardo muito superior às suas forças, sem terem para quem apelar, sem terem onde ser socorridas.

O momento é agora. Ouçamos as mulheres, pois, como elas próprias dizem, Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher.

O Partido da Frente Liberal, através dos seus Deputados à Assembléia Legislativa do Paraná, está com vocês nessa luta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Queremos registrar a presença da Senhora Mario-nilde Magalhães, esposa do Senhor Francisco de Magalhães Filho, Secretário de Estado do Planejamento, do LIONS CLUB de Curitiba- Marumbi.

Para falar em nome do Partido Democrático Trabalhista, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputada Vera Agibert, que preside a sessão, Deputada Iron-di Pugliesi, Deputada Amélia Hruschka, Vereadora Marlene Zanin, Senhora Vera Mussi Augusto, companheiro Deputado Alexandre Cer-ranto, Senhoras e Senhores Deputados.

Quando se fala de mulher, não posso deixar de falar da minha mãe. A Nona Albina, com seus oitenta e dois anos, mãe de doze filhos, desbravadora também das matas de Santa Felicidade a Rio Branco do Sul, na roça, debaixo da chuva, do sol, do frio, do calor, plantando e colhendo para dar aos seus filhos o que comer. Mais tarde, conseguindo, com muito sacrifício, um pequeno armazém, para dar sobrevivência

aos seus filhos e aos filhos dos outros, inclusive a um filho de um dos seus clientes que, mais tarde, injustiçando, não compreendendo o gesto de uma mãe, acaba roubando a vida de um filho daquela que matou a fome dos filhos desse próprio assassino!

Em homenagem a uma mãe miserável, que minutos atrás morreu dentro desta Casa, e que, como outras tantas que formam a fila dos miseráveis, e freqüentam as Câmaras de Vereadores, as Assembléias Legislativas, os órgãos do Governo Municipal, Estadual, Federal, em busca de auxílio. Uma mãe miserável, mãe solteira, dois filhos, sem ninguém, apenas vizinhos que conhece, e que veio até esta Casa, hoje, como tantas outras vieram, atendendo o meu apelo pela Rádio Independência. Tenho certeza que muitas que aqui estão vieram porque ouviram o meu apelo, e esta mãe não veio em busca de dinheiro para ela nem de comida para seus filhos, ela veio nesta Casa numa missão nobre, ela veio trazendo este papel com linhas mal traçadas, demonstrando a sua ignorância, demonstrando o seu estado de miserabilidade. Lutava ela, como tantas outras lutam, para que no seu bairro, no seu município, tenham água, luz, creche, escola, delegacia de polícia. Ela foi à Prefeitura de Município próximo, com este abaixo-assinado na mão. Nesta Prefeitura disseram-lhe que procurasse alguém que escrevesse melhor, que datilografasse, porque ele, não sei se o próprio Prefeito ou funcionário do Prefeito, disse que não entendia o que estava escrito. E esta mulher veio nesta tarde, já início de noite, nesta Casa, no meu Gabinete e sem conhecer também direito a Casa, bateu na porta errada: ela queria o meu Gabinete e bateu na porta do Gabinete do Deputado Paulo Furiatti e talvez, já com tantos problemas esta mulher foi fulminada por um ataque cardíaco e acabou de falecer nesta Casa!

Em nome de Terezinha, Sandra Terezinha Vieira da Silva, natural de Joinville, mãe solteira, 36 anos, é que eu vou falar também para as mulheres desta Casa.

Eu poderia até fazer um pronunciamento de improviso, diante de tantos problemas, e poderia até enumerar aqui dezenas e centenas de casos, que ocorrem no cotidiano e que eu narro dentro do meu programa na Rádio, falando da violência que se aplica contra a mulher. Eu poderia falar no caso Tina, símbolo hoje, do movimento das mulheres deste Paraná; poderia falar da professorinha Arlene Maria Hanzel, brutalmente assassinada no Morro do Guabirotuba, crime até hoje não esclarecido, vítima de uma besta humana que a violentou em plena tarde de uma sexta-feira. Poderia falar também, de Marinês Lemanski, o crime da alta sociedade, o crime do colarinho bran-

co, onde se tenta enganar a Polícia, a imprensa, dizendo que se tratava de um latrocínio, quando o casal deixava o restaurante após um jantar.

No nosso trabalho, na nossa persistência como repórter policial, desmentimos esta versão, provando até para a Polícia de que não se tratava de um latrocínio, mas sim de um crime premeditado por um marido desesperado, em busca de dinheiro, de um seguro de vida que ele tinha feito e com cujo prêmio queria ficar, não se importando de matar a sua própria esposa, mãe de seus filhos. Poderia falar também, das irmãs japonesas, Elizabeth e Cecília, duas meninas, onze anos de idade, que saíam de casa, numa sexta-feira para irem à escola, em Campo Comprido, quando foram atacadas por tarados, por marginais e seviciadas, numa das terríveis cenas que eu já presenciei na minha vida de repórter policial. Poderia falar do caso Luciane, da menina de quatorze anos de idade, violentada por três bestas humanas, esquartejada e encontrando-se seu corpo, em várias partes, uma semana depois.

Poderia desfilar, desta tribuna aqui, uma seqüência de fatos que envolvem a vida da mulher, nesta cidade, como, por exemplo, eu tenho aqui, duas testemunhas, ao vivo, que me procuraram, hoje pela manhã, na Rádio Independência. Aqui estão duas moças, Luci Nogueira dos Santos, dezoito anos de idade e mais a sua colega, Maria de Oliveira Neves, vinte e nove anos de idade, que eu peço que se levantem para que todos os Senhores as vejam. Se houvesse tempo, e eu sei que nós já estamos no adiantado da hora, pois muita gente tem que voltar para suas casas, mas tenho certeza de que se elas narrassem desta tribuna, o que disseram hoje na Rádio Independência, muitas das Senhoras, dos Senhores chorariam. O que essas duas moças passaram numa delegacia de polícia, é indescritível e isto apesar de termos neste Estado, a Delegacia da Mulher, que lamentavelmente não foi procurada. Acusadas como suspeitas de roubo de jóias da casa de sua patroa, foram levadas para uma delegacia, aliás nem uma delegacia, mas um centro de operações policiais especiais, que é o órgão que dá apoio às demais delegacias. Este centro que não pode ter xadrez, nem interrogar ninguém, tem uma sala de tortura, que nós, repórteres policiais denunciemos todo dia, que tal situação mude.

Essas duas moças foram obrigadas a se despir diante de dois policiais, foram obrigadas a se deitar em uma banheira, foram submetidas a toda espécie de tortura, choques elétricos, pancadas, e o que é pior ainda: que essas duas moças confessem um crime que elas não tinham cometido. E hoje, pela manhã, as levei até a

Diretoria da Polícia Civil, pedindo providências. Ali foram ouvidas e à tarde foram fazer exames de lesões corporais. Se essas duas mulheres falassem aqui desta tribuna, contassem nos mínimos detalhes o que eu acabei de falar, todos, eu tenho certeza, chorariam diante da violência, da cretinice, da safadeza usada pelos dois policiais. São dezenas, centenas, milhares de casos com que nós deparamos no dia a dia. Mas, para provar a importância da mulher, para aprovar o valor da mulher, eu prefiro ler uma peça, um discurso no qual eu tenho pouca participação. Além disso, eu quero também prestar uma homenagem a uma mulher que me deu uma sustentação política muito grande na Câmara Municipal de Curitiba, e que me ajudou a vir até esta Casa. Não é minha esposa, não é minha Secretária, é apenas uma colaboradora. Vocês que me acompanham pela Rádio Independência e conhecem das crônicas dominicais por ela escritas, e que procuro interpretar da melhor maneira possível, trata-se da Isabel Mendes, que está lá nos fundos, que foi candidata a Deputada Federal. Ela não se elegeu, mas tenho certeza de que ela seria uma peça importante nesta engrenagem da Constituinte, e eu tenho certeza, representaria com muito orgulho todas as mulheres de Curitiba e do Paraná. (Lê):

"Neste mundo de violência, onde a violência é dia a dia mais violenta, a violência contra a mulher é uma realidade sem contestação. Isso só justifica e faz deste ato um marco de grande proporção e profundidade. Estamos falando do maior contingente populacional eleitoral do País, que é a mulher".

Senhora Deputada Vera Agibert, que preside esta Sessão, demais componentes da Mesa, o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, com assento nesta Casa, delegou-me esta missão nada fácil de saudarmos as mulheres aqui representadas por suas diversas entidades, unidas para apresentar a esta Casa, aos Senhores Deputados que representam o povo do Paraná, uma denúncia e um apelo à denúncia da violência contra a mulher, que é uma bandeira de luta contra todas as violências. É um apelo aos representantes do povo, para que com elas cerrem fileiras para garantir que a nova Carta Constitucional forneça os instrumentos para a defesa do direito da mulher e para punir os responsáveis pela violência.

Tal denúncia e tal apelo nos levam a uma rápida reflexão para não se perder a oportunidade, a importância deste momento. (Lê):

Se percorrermos os caminhos da História da Humanidade, vamos verificar que a mulher sempre foi vítima do homem e da própria sociedade predominantemente machista.

Por muito tempo considerada um ser inferior, criada para procriar e servir ao homem, a há bem pouco tempo é que conseguiu uma relativa emancipação.

A necessidade da mão de obra da mulher, trazidas pela primeira e segunda Guerra Mundial; o advento da pílula, foram os principais fatores que possibilitaram, à mulher a conquista da sua liberdade relativa.

Conseguiu a mulher, sair detrás do fogão e do tanque de lavar e, embora sem abandoná-los, passou a combinar as obrigações domésticas com as atividades profissionais, culturais e espirituais.

Deixou a mulher de ser apenas a serva e mãe para ser olhada pelo homem, como companheira, amiga e colaboradora.

Passou a lutar pela conquista de seus espaços e, conseqüentemente, valorizada e respeitada.

É evidente que esta deveria ser a regra geral.

Porque a busca maior do homem é realmente a liberdade.

É o desejo da emancipação.

Mas, se esta busca é realizada de forma desordenada, acaba por conduzir o homem à escravidão.

É o que nos mostra a sociedade atual, onde o homem é um escravo da máquina, do dinheiro e do poder.

Nesta condição, inverte os valores morais e espirituais.

Passa a comprar e a vender-se.

Esquece que foi feito à semelhança de Deus e acaba por tornar-se um bruto, que busca antes de tudo satisfações materiais e corporais.

Que busca poder sobre seus semelhantes.

Nos grandes centros os homens são números.

São rótulos que confundem-se com o reluzente asfalto e a violência passa a ser uma constante em sua vida.

Insatisfeitos, passam a violentar, massacrar e matar.

Suas maiores vítimas: os seres indefesos e fracos, a mulher e a criança.

Diariamente, em nosso trabalho de radialista, recebemos um grande número de mulheres que nos procuram para pedir orientação, auxílio ... muitas vezes, nem sabem o que buscam, mas o objetivo é sempre o mesmo: querem livrar-se do calvário, do jugo de maridos e companheiros violentos.

Não cabe aqui repetirmos os casos quase diários que relatamos na rádio, onde a mulher é sempre a vítima.

Vítimas de maridos bebedores.

Vítimas de maridos ou companheiros vadios, que vivem às custas da mulher e ainda as violentam e também aos filhos.

Ou então, vítimas de insensibilidade dos maridos, que partem em busca de novos amores, deixando a família na miséria.

Diariamente recebemos apelos ou tomamos conhecimento de situações de incrível violência contra a mulher. Muitas dessas mulheres nos dizem que continuam aguentando a violência do marido porque deste depende para sua sobrevivência e dos filhos, ou então porque têm medo de enfrentar a sociedade, que sabem cruel para com a mulher separada.

É difícil de aceitar, mas a verdade é que a segurança social e econômica da mulher, via de regra, ainda depende do marido.

Vivemos numa sociedade machista e tradicionalista que ainda reluta em assimilar e aceitar que é preferível um casal separado, vivendo com dignidade e respeito mútuo, do que uma convivência agressiva e repressora, onde mulher e filhos são violentados.

Entre os crimes de natureza sexual, o mais comum é o estupro, tendo as mulheres como vítimas.

Mas, segundo os estudiosos, apesar do alarmante número de ocorrências desse tipo de agressão, apenas 10% destes crimes é que são levados ao conhecimento das autoridades policiais.

E por que?

Pelo medo que a mulher tem de ser cobrada pela sociedade, por ter sido vítima desse tipo de crime e pelo constrangimento de ter de contar ao policial os detalhes da violência sofrida.

Porque nossa legislação expõe a mulher a um verdadeiro vexame e, em mãos de pessoas despreparadas, esta sente-se duplamente violentada, preferindo calar-se a denunciar o criminoso.

Daí, a importância da conquista das mulheres com a criação das Delegacias da Mulher.

Numa sociedade que ainda continua considerando vítima o homem que "mata por amor" - lembro aqui o famoso crime de Do-
ca Street, do contor Lindomar Castilho que assassinaram suas companheiras.

Mas, contínuamos numa sociedade que continua dando maior importância aos crimes contra o patrimônio que contra a vida. Nesta sociedade, movimentos como os daqui, neste momento assistimos, são de suma importância e de grande alcance social, porque permitem que a mulher conquiste seus espaços na política e possam defender os seus direitos de igualdade com o homem.

E lembrando aqui de uma frase célebre no teatro, no cinema e na literatura, uma frase do teatrólogo Nelson Rodrigues:

"Mulher Gosta de Apanhar"

Será que a mulher gosta de apanhar?

É evidente que não. Ninguém gosta de

apanhar. De ser violentado e agredido.

A mulher espera de seu companheiro amor e respeito.

A mulher está cansada de sofrer violência.

Felizmente, de algum tempo para cá, quer nos parecer que está havendo uma tomada de consciência coletiva sobre os problemas da violência contra a mulher.

Está havendo uma tomada de consciência da violência, da tortura, que é praticada contra o ser humano, de um modo geral.

Temos visto que as instituições de defesa dos direitos humanos, no mundo todo, estão aos poucos voltando sua atenção para o assunto e buscando meios para combater o mal.

As mulheres estão se conscientizando da necessidade de se unirem na defesa da própria mulher.

Porque a mulher também violenta a mulher mais fraca, a filha, a subalterna.

Mas, esta luta não pode ficar restrita às mulheres.

A união de todos é preciso para que desapareça do seio da sociedade essa prática tão degradante e humilhante para o ser humano, que é a violência.

É preciso que nós todos nos unamos, colaborando cada um com sua parcela, para que um protesto enérgico seja levantado exigindo que a mulher seja respeitada e que sua verdadeira condição seja reconhecida.

É preciso que se reconheça a condição de igualdade da mulher com o homem. É preciso que se respeite e se valorize a condição sublime dada pelo Criador à mulher; a de mãe.

Mãe que não pode ser violentada porque, num berço embala o mundo.

Da mulher depende a formação do caráter do homem.

Na mulher encontra-se a mãe, a companheira, a esposa, a amiga, a profissional de valor, encontra-se a verdadeira abnegação e heroísmo de que é capaz o ser humano.

A mulher tem o direito de buscar os seus direitos. Tem o direito de não de sujeitar à rudeza e indiferença dos homens, que, por suas dificuldades de ordem cultural, econômica ou social, volte-se contra a mulher, fazendo-a "bode expiatório".

Senhora Deputada Irondi Pugliesi, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, demais Senhoras Deputadas, Vereadoras, Vereadora Rosa Maria Chiamulera, Vereador José Gorski, que também prestigia este ato.

Sabemos que somos apenas mais um. Sabemos que temos limitações para auxiliá-las como merecem, mas tenham a certeza de que a nossa pessoa, como também a de nossos companheiros de Bancada, Deputado Ra-

fael Greca, Deputado Antônio Belinati, Deputado Valderi Mendes Vilela, Deputado José Alves, tenho a certeza que da bancada do PDT terão todo o apoio.

Dentro do seu programa, o PDT tem a mulher, a criança e o trabalhador como objetivos principais como prioridades de sua luta por uma democracia onde a Justiça seja para todos e onde todos sejam iguais em seus direitos.

Que nossas palavras possam traduzir a homenagem, o apoio e a solidariedade PDT à causa e luta tão nobre. A Carta das Mulheres aos Constituintes, as suas reivindicações e postulações, serão também nossas. Tenham certeza que procuraremos resgatar a dívida contraída com as mulheres que, com amor, constroem o homem e o mundo.

Para finalizar, "para não dizer que não falei de flores", que estas flores que ornamentam esta Mesa sejam as flores em homenagem àquelas que não puderam comparecer, ou não podem comparecer; àquelas mulheres que lutaram pelos seus direitos, como a miserável Sandra que morreu nesta tarde, aqui na Casa".

Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Para falar em nome do Partido Democrático Social, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhora Presidente, Senhora Deputada Ironi Pugliesi, Presidente do Conselho, Senhoras Deputadas, Senhoras Vereadoras, minhas Senhoras e meus Senhores.

Bertold Brecht dizia que "o político precisa ter a coragem de enfrentar o novo".

Dizia Brecht que "ao político não deve ser negado o direito e o dever de colocar, perante o povo, as coisas novas".

Nós, políticos brasileiros, mulheres e homens, temos que ter a coragem, neste momento tão difícil e tão fascinante da vida política brasileira, de enfrentar o novo. O novo no Brasil se chama justiça social, em primeiro lugar. Não é possível se reivindicar direitos numa Pátria onde sessenta milhões de homens e de mulheres vivem num estado de pobreza absoluta. Não é possível reivindicar direitos quando temos mais de quarenta milhões de crianças, do sexo feminino e do sexo masculino, abandonadas.

Leis, nós as temos muitas. Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1789, da Carta Européia, de 1960. Mas as leis não são cumpridas porque falta ao político, ao administrador, a coragem de enfrentar o novo. E se o novo em primeiro lugar significa justiça social, em segundo lugar, nestes, o novo precisa ser

uma mudança da mentalidade dos políticos e da própria sociedade em relação à mulher.

Ainda na segunda-feira passada eu lia um artigo de Marta Suplicy, na "Folha de São Paulo", onde ela denunciava que apesar do aumento da força, da capacidade de trabalho da mulher, dos anos 70 aos anos 80, lamentavelmente, 60% do salário da mulher era menor do que o salário do homem. O novo neste País tem que ter a coragem de colocar o dedo na ferida dos privilégios daqueles que levaram esperanças, para que realmente possamos construir na nossa terra a terra da liberdade, da fartura, da igualdade para todos, do sonho que nos anima, a homens e mulheres, para que possamos construir uma sociedade justa, livre, democrática e soberana dos próprios destinos.

Por isso, recebo das Senhoras o documento que trazem esta tarde na certeza de que eu subscrevo integralmente a solicitação das mulheres.

Não o faço para ser agradável, mas porque tenho a consciência de que este é o momento para modificar a estrutura da terra brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Para falar em nome do Partido dos Trabalhadores, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Presentes, Senhoras Deputadas.

Esta data e este fato nos marcam imensamente por tudo que foi anteriormente manifestado aqui, nesta Casa, tão importante para os destinos futuros da sociedade paranaense.

Não quero apenas repetir, simplesmente endossar, afirmações enriquecedoras que constatarem e comprovem uma realidade triste de uma sociedade completamente injusta e injustificada na qual vivemos.

Queria simplesmente dizer, que do ponto de vista do PT, esta situação indesejável, aqui já retratada evidencia um pouco do que estamos vivendo em toda a sociedade brasileira, e que já ocorre há muito tempo.

Quero contribuir dizendo que as mulheres sacrificadas e injustificadas são parte de uma sociedade que está dividida, não entre homens e mulheres, não entre jovens e velhos, não entre aqueles que rezam e aqueles que não rezam, não entre aqueles que têm partido e aqueles que não têm. Mas, sim, entre aqueles que trabalham, aqueles que produzem tudo que esta Nação tem e precisa, e entre aqueles vagabundos que vivem à custa da exploração e da dominação do homem pelo homem, que vivem do

lucro e que vivem do capital!

Aí, então, companheiros e companheiras, é preciso que esta data tão importante seja, reconhecida, e é preciso que se localize o ponto crucial através do qual nós, maioria desta Nação, estamos sendo injustiçados.

É preciso que se reconheça que toda a classe trabalhadora deste País está sendo explorada, está sendo manipulada, está sendo judiada por aqueles que monopolizam o econômico, o político e o social.

E daí, é que surge o grande desafio, o desafio proposto também nessa Carta das Mulheres, e que nós, como políticos, temos que reconhecer, que só há um jeito para mudarmos esta sociedade em que vivemos. E o jeito é todos nós colocarmos em nossa consciência que pertencemos a uma classe dominada por meia dúzia de tristes e se quisermos que isso mude, não podemos mais nos dispor aos gostos e aos interesses do FMI, do Clube de Paris e dos grupos dominantes do Brasil e do exterior!

É preciso que nós empunhemos a nossa força, a nossa capacidade de analisar, a nossa capacidade de nos organizarmos como classe, e saímos da roça, saímos da cozinha, do volante, do consultório, do comércio, da indústria, e também, comermos a nos determinar aquilo que queremos e aquilo que esperamos desta Nação.

Portanto, nobres companheiros e companheiras, queria chamar a atenção para não nos iludirmos com o processo constituinte em vigor. Se nós vamos ficar de braços cruzados estaremos reproduzindo, mais uma vez, um processo constituinte já condenado pela maioria, por todos os trabalhadores.

É preciso, se nós queremos mudanças de verdade, que a gente reconheça todos os setores que participam de forma organizada, os trabalhadores da roça, os sem-terra, a mulher organizada, o jovem organizado, o movimento da saúde, o movimento da educação, o movimento do desemprego.

É preciso que se reconheçam todos os setores organizados desta sociedade, os quais clamam e reclamam; é preciso que eles se integrem perfeitamente e integralmente neste processo importante que estamos vivendo, que é o processo de se transformar em lei a vontade da população.

Como nós vamos transformar em lei a vontade da população, se a população não está sendo ouvida, não está sendo consultada e não está sendo reconhecida!

E por isso, é que nós apelamos, em nome do Partido dos Trabalhadores, que nesta Casa que é a Casa de Leis deste Estado transformada em Constituinte, é preciso que a gente tenha preocupação de ouvir, representar, e aqui, na hora em que se fazem as leis, têm que se contemplar as aspirações de todos os trabalhadores do Pa-

raná, os trabalhadores homens e mulheres, os trabalhadores jovens e velhos, os que rezam e os que não rezam, os que sabem escrever e os que não sabem, todos têm que participar, nesta Casa, porque senão não haverá democracia nesta Nação.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado companheiros que nos ouviram.

Muito obrigado.
(Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Tenho a satisfação de conceder a palavra à Vereadora Marlene Zanin, Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba.

A Sra. Marlene Zanin - Senhoras Deputadas, nossas companheiras, Senhores Deputados, meus amigos, minhas amigas.

Estava eu aqui acompanhando a sessão e os pronunciamentos e lembrando, puxando um pouco pela memória, quantos dias, quantas noites, quantos meses, quanto sono mal dormido, preocupadas, quanto tempo sacrificado aos nossos filhos, aos nossos companheiros, quanto tempo de luta para chegarmos até aqui. Quanto trabalho e quanto esforço para forjar a unidade das nossas mulheres, para traçarmos uma linha comum de ação; quantas de nós fomos acusadas de não ter o que fazer quando lutávamos pelos seus direitos, pelos direitos da mulher!

Quantas de nós foram acusadas, no passado, de uma série de coisas, porque a sociedade, naquela época estava recém-despertando para a questão da mulher. Hoje, a realidade é diferente. Encerrada a década da mulher em 1985, o Brasil, hoje, já um pouco diferente de há dez anos atrás, e é por isso que em nome desta luta, deste trabalho, estamos aqui, unidas, irmanadas, ombro a ombro na mesma trincheira, e convidando aos nossos Parlamentares aos nossos companheiros a nos acompanhar, olhando para frente, para o futuro, para uma Pátria feliz para os nossos filhos, para todos nós brasileiros, mas, acima de tudo com o compromisso de construirmos este presente.

E vocês, Senhores Deputados, Senhores Constituintes do Estado do Paraná, poderiam perguntar, há algum tempo atrás: "Mas, o que querem estas mulheres, que falam tanto, que brigam tanto e que se metem na vida política, se metem em todos os setores, querem ocupar espaços, o que é que querem estas mulheres!"

É muito simples, está tudo aqui o que nós queremos!

A Deputada Irondi foi muito feliz no seu pronunciamento, colocando claramente todas as questões. Nós queremos ser tratadas como seres humanos, como mulheres que

carregam no dia-a-dia a responsabilidade da construção e da reconstrução deste País e por isso é necessário, é fundamental, é inevitável que as nossas leis, que o "Status quo", que a nossa sociedade avance, que reconheça os direitos da mulher assim como delas é exigido competência, assim como delas se exige esforço e trabalho a cada dia.

E nós queremos, aqui, fazer um convite público, a todos os partidos, em nome do Conselho Municipal da Condição Feminina, em nome das mulheres de Curitiba, Senhores Deputados, será que é muito difícil assinar este papel, será que é muito difícil assumir a luta das mulheres, ouvir a voz da mulher trabalhadora, da mulher do campo, da mulher da cidade, é muito difícil assinar este papel e mandá-lo aos Constituintes que estão elaborando a nova Constituição? Eu acredito que não! E faço aqui o apelo, para que esta Assembléia Legislativa, com todos os seus representantes legitimados pelo voto popular, milhares e milhares de votos paranaenses aqui depositados, com a confiança de milhares e milhares de votos de nossas mulheres, vamos mandar à Brasília esta Carta, que é uma carta para um início de discussão. Vamos encaminhá-la a todos os constituintes homens e mulheres, para que nós tenhamos uma atitude concreta, de confiança, uma atitude de solidariedade e de companheirismo, a luta da mulher neste País. Eu acho que é assim que se constrói este Brasil. Estamos aqui para continuar a nossa luta, porque apenas começamos a discutir as questões constitucionais. Esse momento é um dos momentos mais importantes da sociedade brasileira, e nós mulheres temos a responsabilidade de espalhar esses livrinhos para todas as mulheres com que nós temos contato, nos bairros, nas fábricas, no serviço público, em qualquer repartição onde há mulheres e dizer-lhes que nós não queremos mais viver num Estado e num País, numa Pátria que continue tratando a mulher a cidadã de segunda categoria. Queremos sim, ser reconhecidas como primeira categoria, como reprodutoras da força de trabalho, de construção deste País. E é isso que nós desejamos e temos certeza que muito em breve iremos conquistá-lo mais e mais espaço para que a mulher seja poder realmente, para que a mulher esteja presente em igualdade com os homens em todos os setores e escalões da nossa Pátria.

Muito obrigada e vamos avante companheiras.

Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Concedo a palavra à Vereadora Rosa Maria Chiamulera que falará em nome da Associação das Mulheres Médicas.

A SRA. ROSA MARIA CHIAMULERA - Sra. Presidente deste trabalho a quem cumprimentamos, Deputada Vera Agibert, por ser mais uma mulher com assento nesta Casa de Leis, Sra. Deputada Irondi Pugliesi, Sra. Deputada Amélia Hruschka, demais componentes da Mesa, Senhoras e Senhores.

Falo aqui em nome da Associação Brasileira de Mulheres Médicas, Associação do Paraná, em nome da sua Presidente, Dra. Alice Nogueira Lima, para dizer às mulheres de Curitiba e do Paraná que o atendimento integral à saúde da mulher, que há quatro anos o Ministério da Saúde propaga, - infelizmente ainda não é uma realidade em nosso Estado e muito menos em Curitiba.

Infelizmente, a mulher na área de saúde, - todos sabem que sou médica sanitária, e como médica de saúde pública lido com a população menos privilegiada, desde que sou estudante de medicina -, ainda não conta com atendimento necessário às suas necessidades básicas de subsistência.

Nós queremos aqui fazer um apelo. É uma pena que a Débora Dias já tenha deixado este plenário, da mesma forma que o Líder do PMDB, que tem maioria nesta Casa, mas gostaria que a Sra. Deputada Irondi Pugliesi, que é do PMDB que tem maioria, e que também é nossa representante dentro do Conselho Estadual da Condição Feminina, que por favor, pressione o novo governo; chegue de conversa, de reuniões e discussões, que faça de uma vez por todas esse serviço funcionar em Curitiba e no Estado do Paraná.

É um apelo que fazemos, como Vereadora, como médica e, principalmente, como mulher que lida com essa classe menos privilegiada, que não pode pagar um ginecologista particular.

Queremos aqui colocar à disposição e informar as companheiras que, o Hospital de Clínicas, não é o único local a oferecer serviços gratuitos em toda sua extensão, tanto na área de infertilidade quanto na área de sexologia, de planejamento familiar, de preventivo de câncer, de pré-natal, de puerpério.

Queria dizer que, além do Hospital de Clínicas, existe a Casa da Médica, à Rua Mal. Deodoro, 1439, que, de segunda a sexta-feira, das oito às onze da manhã, oferece esse mesmo tipo de atendimento; o atendimento integral à saúde da mulher. E nós queremos ver uma realidade em todos os postos de saúde de Curitiba e do Paraná.

Nós queremos dizer também, que esperamos que as reivindicações apresentadas aqui para a Constituinte, não venham a ser apenas uma coisa bonita no papel. Que elas venham a ser de fato realidade no dia-a-dia da vida do cidadão paranaense.

E queremos aproveitar este espaço para dizer que, no dia 09 de abril, no restau-

rante D. Antônio, em Santa Felicidade, todas as mulheres aqui são convidadas para o jantar anual da "Bouca Rouge", onde serão homenageadas trinta e cinco mulheres líderes das nossas comunidades.

Queremos ainda colocar à disposição das mulheres de Curitiba e dos arredores, um horário de rádio, a partir do dia 30, das 15:00 às 16:00 horas, pela Rádio Cultura, para as suas reivindicações e as orientações que se fizerem necessárias.

Eu queria deixar a todas um abraço, e esperar que, de fato, as mulheres possam conseguir todas as reivindicações que hoje são apresentadas nesta Casa.

Muito obrigada.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) É com a mais elevada satisfação que concedo a palavra a Sra. Valéria Prochmann, representante da União Paranaense dos Estudantes.

A SRA. VALÉRIA PROCHMANN - A todas e todos aqui presentes.

É com grande satisfação que a UPE - União Paranaense dos Estudantes, participa desta comemoração do "Dia Internacional da Mulher" feita hoje em todo o Brasil. A luta das mulheres brasileiras pelos seus direitos está integrada à luta que trava todo o povo brasileiro, por uma vida digna, inclusive sem discriminação de qualquer espécie.

É ano da Constituinte, e este é sem dúvida o fato mais importante da vida nacional. Dependendo da capacidade de organização do povo brasileiro, inclusive das mulheres, para acompanhar e fiscalizar seus trabalhos, a Constituinte será um novo pacto de elites a perpetuar uma sociedade de privilégios para poucos, aprofundando o descrédito na classe política, ou será uma instância capaz de analisar com profundidade os problemas nacionais e preconizar amplas reformas sociais.

Estejamos por isso, de olho na Constituinte, para romper de vez com a situação de discriminação que alija hoje do processo decisório, as mulheres e tantos outros setores da nossa sociedade. A participação feminina organizada, nos departamentos femininos, nas entidades populares, e nos partidos políticos, nos Conselhos da Condição Feminina, é indispensável nesta transição política que só se completa quando a população referendar nas urnas a nova Constituição, e quando tomar posse um Governo legitimamente escolhido por este mesmo povo, e por nós mulheres do nosso País.

Para que demos então, novos passos na conquista de uma democracia social e popular, onde quem governe seja realmente a

maioria, numa nova ordem política, econômica e cultural.

Nós, estudantes, e nós, mulheres, queremos um mundo de liberdade e de paz, sem armas, sem bombas e sem tiranias, onde os recursos sejam empregados na erradicação da fome, do analfabetismo e da miséria que padece hoje 2/3 da humanidade.

Queremos ensino público gratuito, para todos e em todos os níveis, destacando o papel das mulheres nas mudanças sociais, e sem discriminá-las pela educação diferenciada.

Queremos saúde pública de qualidade para a mulher e a garantia a elas da assistência integral.

Queremos o fim da violência contra a mulher, a mais covarde de todas as formas de violência, e uma sociedade justa, a única fórmula para diminuir a crescente criminalidade.

Queremos o nosso direito ao trabalho e à profissionalização no campo e na cidade, sem que sejamos barradas em função do nosso estado civil, nossa maternidade ou nossa recusa em aceitar as cretinices dos patrões.

Queremos nosso direito a uma sexualidade livre dos tabus e dos preconceitos, que tanto prejudicam a nossa formação e as nossas vidas. Não reivindicamos privilégios, e sim direitos de cidadãs que somos.

Com a satisfação de ter realizado o I Encontro da Mulher Universitária, em conjunto com o Conselho da Condição Feminina e ampliado o debate sobre a condição da mulher no meio universitário, fica aqui a saudação da UPE; em nome de todos os estudantes paranaenses, a esta confraternização das mulheres do nosso Estado com a classe política e com a sociedade em geral, na certeza de que, juntos, continuamos caminhando neste Mês da Mulher e em todos os próximos meses, em busca de uma sociedade transformada, efetivamente.

Muito obrigada.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) É com satisfação que ouviremos a Sra. Alzimara Bacelar, que falará em nome da Federação das Mulheres do Paraná.

A SRA. ALZIMARA BACELAR - Minhas companheiras, companheiras da mesa, Deputadas, e companheiras nossas de luta.

Quero deixar aqui neste momento, este nosso movimento das mulheres na Constituinte, movimento de tamanha importância, e parece-me que os nossos companheiros Deputados não entenderam essa nossa vinda na Assembléia Legislativa, com três honrosas exceções, que ainda se encontram aqui no plenário, companheiros a escutar das mulheres o que elas têm a propor nesta Nova

Constituinte.

Isto só significa, minhas amigas, que o nosso trabalho é um trabalho redobrado, porque muitos companheiros vieram aqui e falaram de uma sociedade ideal, onde não existe discriminação, onde não existe o machismo.

Esta é uma prova evidente de que esta é uma sociedade desigual e que trata as mulheres com desigualdade ao extremo, de nós termos vindo aqui num dos atos mais importantes para nós, tendo em vista que são meses e meses de trabalho, companheiras que perderam horas e horas escrevendo, estudando este documento; chegamos aqui e falamos para nós mesmas.

Nós já estamos convencidas do que é necessário ser feito nesta nova Constituinte. Precisamos é redobrar o trabalho porque os nossos companheiros, mesmo os do PMDB, ainda não entenderam que as mulheres brasileiras, que as mulheres do Paraná tomaram a decisão corajosa de ir até o fim nessa luta por direitos iguais; e isto, minhas amigas, perpassa o plano do papel.

Não basta estar na lei e ser desconhecida; a nossa luta é uma luta árdua e cada vez que sou afrontada como fui aqui, e acredito que as outras companheiras também se sintam, aumenta mais o meu vigor, a minha bravura de continuar na luta em defesa das mulheres, que é uma luta que nós, mulheres, cada uma de nós, traz dentro de si, porque são nestes momentos que nós vemos mais de perto como se espelha o companheirismo dos nossos companheiros aqui, na Assembléia Estadual.

Minhas amigas, com vocês nós só temos, mais uma vez, de juntas, continuar nesta briga.

Tenho certeza que estaremos em Brasília no dia 26, em algum momento, não sei se próximo ou longínquo, os homens desta terra nos escutarão, os homens desta terra irão junto conosco na defesa dos interesses mais legítimos das mulheres. Não sei quando, mas a nossa luta continua.

Minhas amigas, um grande abraço.

Dia 26, em Brasília, outros atos, outras comemorações, as mulheres estarão nas ruas a dizer o que querem e o que pensam, a despeito desta discriminação que a nós é imposta.

Muito obrigada, minhas amigas.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Para falar em nome do Movimento dos Sem-Terras, concedo a palavra à Sra. Cleusa Pereira de Paula.

(Pausa)

Ausente, concedo a palavra à Sra. Lígia Mendonça, que falará em nome do "Movimento 8 de Março".

A SRA. LÍGIA MENDONÇA - O "Movimento de Mulheres 8 de Março", é um grupo de uns quatro ou cinco anos, somos um grupo independente e temos estado na luta da mulher há uns cinco anos. Temos um pouco da história e de como foi difícil e devagar que as mulheres começaram a se organizar também no Paraná.

Lembro-me da primeira reunião pública, que eu participei no Guadalupe, promovida pelo pessoal da Universidade.

Trouxeram mulheres de São Paulo e era tudo muito novo, foram muito difíceis as primeiras reuniões. Houve encontros estaduais, onde houve muita briga e a gente tinha muito medo de estar sendo simplesmente porta-vozes de nós mesmas naquele tempo. E hoje podemos dizer que o movimento de mulheres existe, com muitas caras, com caras de feministas, com caras de femininas, com caras de movimentos de mulheres e nem sempre podemos estar juntas. Tem horas de fato, que a divisão de classes, a divisão de mulheres que estão com os dominadores, não nos permite estar unidas também nesta hora. Mas em muitas lutas estamos juntas.

É muito difícil usar palavras bonitas, falar em justiça social, citar poetas revolucionários... o discurso não quer dizer muita coisa. Acho que temos que perguntar o que se faz na prática, na História passada e na prática atual. Acho que temos que estar sempre em alerta, porque tem muita gente falando pela mulher e que nunca teve nada a ver com ela. Assim como teve muita gente falando do "povão", e que nunca soube o que é ser trabalhador.

(Palmas).

Mas, enfim, estas coisas também a gente não descobre falando.

Queria lembrar que ao lado da Constituinte que está se passando lá em Brasília, e ainda por muitos meses, nós temos uma luta aqui e agora.

Este aqui e agora cada um tem que encontrar onde é a sua luta. É dentro de casa? É na fábrica? É na escola? Cada um tem que encontrar onde é sua luta. Não dá para estar em todos os lugares. E eu queria fazer, então, algumas propostas.

Que a gente não pense só nas propostas que vamos levar dia 26 à Brasília. Como podemos desdobrar estas propostas aqui no Paraná? Especialmente nesta Constituinte Estadual que é a Assembléia Legislativa? Acho que temos, e podemos cobrar a nível estadual muitas soluções de coisas que estamos caminhando a nível de Constituição Federal. Queria dar um exemplo, fala-se em enxugar a máquina administrativa. Tem que enxugar mesmo onde houver excesso. Tem que tirar funcionários fantasmas. Tem que cortar o orçamento em coisas desnecessárias.

Agora, se enxugar o orçamento e sempre

cortar do lado social, na creche, no serviço de saúde, não concordamos. Que haja critérios seletivos, e que os movimentos de mulheres sejam ouvidos sempre que se tratar destes programas que tenham a ver com a nossa sobrevivência, com as nossas crianças. Porque tem sempre dinheiro para se fazer estradas, para certos investimentos que têm dividendos políticos e muitos deles para a classe política que é predominantemente masculina.

Queremos estar atentas e saber onde vão ser usadas as verbas. Queremos que o Conselho Estadual da Mulher tenha dinheiro para fazer a divulgação de todas nossas bandeiras.

(Palmas).

Queremos que as Delegacias de Mulheres não sejam apenas uma placa na porta. Queremos que tenham viaturas, que tenham funcionárias, psicólogas, assistentes sociais, porque senão logo logo elas se transformam em um instrumento de máquina emperrada, quando não de dominação. Queremos qualidade de serviço, não só da mulher, em todo o serviço público e, para isto, não podemos compactuar com simples gastos e cortes. Para isto, tem que se traduzir a política de pagar a dívida social, também na hora de atender coisas que não são supérfluas, mas que são essenciais para as mulheres.

Temos algumas propostas, de que olhe-mos os Estados onde a luta avançou mais, onde já se criou a Casa da Mulher espanca-da; porque não adianta dizer à ela, dar conselhos, se ela não tiver para onde ir. Precisa ter uma casa para ela se abrigar, como já tem na Europa e, agora, em São Paulo.

Queremos assessoria jurídica pública e gratuita não só para a mulher carente. Não aceito a denominação de mulher carente. Todas nós somos desconhecedoras dos nossos direitos. É como cidadãs, a não ser a elite que queremos serviços públicos inte-grais e não só para a mulher carente. Que-remos Delegacia da Mulher, porque mulher rica também apanha do marido, não é só mu-lher pobre.

Podemos encerrar e reforçar também, que nós, como um grupinho pequeno de re-flexão, não tanto de trabalho de amplas bases, que a gente não quer só igualdade. Igualdade é pouco. A gente quer mudar o mundo. A gente quer mais afeto, solidarie-dade e prazer. Não queremos os valores do mundo masculino, não. Estes, também rejei-tamos. Queremos o feminino, que não é fra-queza, misturando homens e mulheres. Esta luta é mais longa do que o fim do capita-lismo.

Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Concedo

a palavra à Senhora Maria Donizetti Tei-xeira Nagazaki, que falará em nome do De-partamento da Mulher Trabalhadora da Con-federação Geral dos Trabalhadores- CGT.

A SRA. MARIA DONIZETTI TEIXEIRA NAGAZAKI
Senhor Presidente, companheiras.

Nós, trabalhadoras, estamos aqui para reivindicar nossas necessidades e vamos falar para nós mesmas.

Nós da CGT, estamos numa luta intensa; estamos trabalhando nas entidades sindi-cais estruturando o departamento da mulher trabalhadora dentro das entidades sindi-cais, onde até então, os sindicatos têm visto os interesses, as reivindicações de uma minoria. (Lê):

"A comemoração do "Dia Internacional da Mulher", tem sido marcada por lutas e festividades, e neste ano da Constituinte para nós brasileiras com especial signifi-cado.

O Departamento Feminino da Mulher Tra-balhadora da Central Geral de Trabalhado-res se faz presente neste ato para somar forças às propostas das mulheres paranaen-ses aos Deputados Constituintes e lembrá-los que as mulheres são hoje 36% da massa trabalhadora do País. Estamos nas fábri-cas, nas escolas, nas repartições públi-cas, nos escritórios, na roça, nas lojas, enfim, constituindo nosso País em riquezas e avanços democráticos.

No entanto, pesa sobre nós a injustiça da discriminação sexual nos colocando co-mo segunda categoria. Recebemos salário menor, se casadas somos cortadas na admis-são, temos impedimentos na carreira pro-fissional quando podemos ocupar cargos de mando, as trabalhadoras rurais, nem sequer são reconhecidas como mão-de-obra barata. E os filhos? Onde deixá-los? Na creche?

Mas, como temos esta força imensa, es-tamos lutando com firmeza na formação do nosso País, livre, onde homens e mulheres vivam em harmonia, sem distinção de sexo, cor, classe social, religião, idade.

A nova constituição deve refletir isso e garantir igual tratamento e igual opor-tunidade de acesso às ruas, fábricas, pa-lanques, oficinas, escritórios, teatros, assembléias e palácios.

Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher".

Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Encer-rando, convido a Excelentíssima Senho-ra Deputada Irondi Pugliesi, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, para fazer a entrega da "CARTA DAS MULHE-RES AOS CONSTITUINTES".

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Quero, em nome das mulheres do Paraná, fazer a entre-

ga deste documento que foi discutido por todas as mulheres brasileiras. Mas, também como as demais companheiras, deixar o meu protesto pela ausência dos Constituintes Estaduais. Porque, se fosse uma sessão, talvez de Cidadania Honorária ou qualquer outro tipo de sessão, onde se pudesse ficar bajulando o poderoso do dia, ou qualquer coisa desta ordem, este Plenário estaria repleto!

E queremos dizer às companheiras que nós não esmorecemos na luta! Estaremos sempre vivendo o presente e queremos convocar a todas, quando a Comissão da Constituinte se formar aqui nesta Assembléia, que estejam todas presentes a exigir as nossas reivindicações. E quero fazer a entrega desta Carta em nome da mulher-símbolo da campanha do Paraná contra a violência, que é a companheira Cristina, por-

que ela é que representa a mulher do Paraná, hoje, nesta luta que nós estamos travando contra a violência que está ocorrendo neste Estado e neste País!

Cristina, é em seu nome, como mulher-símbolo que eu faço a entrega desta Carta aos Constituintes do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Senhora Deputada Irondi Pugliesi, esta Presidência fará chegar às mãos dos Deputados Estaduais Constituintes, as nossas reivindicações.

Quero, em nome do Poder Legislativo agradecer a presença de todos, principalmente aos representantes da classe, que tanto brilho deram a esta solenidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.